

MULHER:

uma “classe desprivilegiada em alta conta”¹

Isabelle Anchieta*

Resumo Dos grupos desprivilegiados, a mulher ocupa uma posição no mínimo curiosa. Ao contrário dos demais, como os negros e homossexuais, ela é exaltada socialmente pela maternidade, beleza, divindade e virtude. Símbolo da liberdade e da igualdade na Europa, na América e na Ásia, ela está simultaneamente à margem de posições sociais de prestígio na vida política, no trabalho e na família, há mais de vinte séculos. Será que o poder feminino foi ou ainda é apenas simbólico? Mas, se as imagens e os símbolos são fundamentais ao poder, por que, no caso feminino, há uma separação entre a vida real e a vida simbólica? Para responder a essas questões, será aqui feita uma análise comparativa entre dois sociólogos: o canadense Erving Goffman, na obra *L'arrangement des sexes* (sem tradução para o português), publicada em 1977, e o francês Pierre Bourdieu, com a obra *A dominação masculina*, de 1998, além do diálogo com estudos feministas e historiadores do gênero.

Palavras-chave Mulher; poder feminino; classe desprivilegiada em alta conta; diferenças negociadas.

WOMEN: A “UNDERPRIVILEGED CLASS IN HIGH REGARD”

Abstract *Disadvantaged groups of women occupy a position at least curious. Unlike the others, like blacks and homosexuals, she is socially exalted for her motherhood, beauty, goodness and virtue. Symbol of freedom and equality in Europe, America and Asia, while it is outside of social positions of prestige in political life, work and family for over twenty centuries. Does the female power has been or is*

1 “As mulheres, ao contrário de outros grupos desprivilegiados, estão em alta conta” (GOFFMAN, 2009).

* Doutoranda em Sociologia pela FFLCH/USP. Mestre em Comunicação Social pela UFMG e jornalista pela PUC-Minas. É professora na Universidade Mackenzie-São Paulo. Possui dois livros publicados: *Mapeamento do ensino do jornalismo cultural no Brasil* (prêmio Itaú Cultural) e *Sete propostas para o jornalismo cultural*. Foi âncora do telejornal da Rede Globo Minas.

*still only symbolic? But if the images and symbols are fundamental to power, why there is a separation between real life and the symbolic, in the female case? To answer these questions, we will do a comparative analysis of two sociologists: the Canadian Erving Goffman, in *L'arrangement des sexes*, published in 1977, and the Frenchman Pierre Bourdieu's work, *The masculine domination*, in 1998, in addition to dialogue with feminist studies and historians of the genre.*

Keywords *Woman; female power; underprivileged class in high regard; negotiated differences.*

A mulher é uma escrava que é necessário saber colocar num trono.
Balzac

INTRODUÇÃO

A mulher, como noção cultural, está sujeita a oscilações históricas que ainda não se resolveram. Exaltada e controlada; santa e sem poderes; responsável na vida privada e aprendiz na vida pública; uma sequência contraditória de imagens femininas que se acumula anacronicamente.

O papel social da mulher do século XXI não deixa, por isso, de ser desencaixado, pois, simultaneamente, a mulher legitima sua presença na vida pública e convive com imagens que a associam à vida privada dos vinte séculos que a antecederam.

É na apresentação dessa diversidade de “mulheres” que cai por terra o eterno feminino² ou a mística feminina³. Tal como amplamente demonstram antropólogas, sociólogas, filósofas e historiadoras, a ideia de uma natureza feminina nada mais é do que o resultado de uma construção simbólica de posições assimétricas entre homens e mulheres, um artifício com efeitos muito reais no trabalho, na economia, nas políticas públicas, na educação e na família, dando-nos conta de que “as mulheres não se representavam a si próprias. Eram representadas” (DUBY; PERROT, 1992, p. 14).

Mas há, ainda, algumas inquietantes questões em aberto, pois, se foram os homens que detiveram o controle da representação simbólica feminina, por que eles a pintaram com tintas tão idealizadas, se queriam, na verdade, marginalizá-la? Por que Marianne de Delacroix ocupa o centro simbólico da Revolução Francesa,

2 Beauvoir (1980).

3 Friedman (1971).

no quadro “Liberdade guiando o povo” (1830)? E a estátua da Liberdade do escultor Bartholdi, o símbolo da democracia das Américas? Ou mesmo a estátua chinesa da Deusa da Democracia (1989), que ocupa a Praça Tien-na-Men, em Pequim? Também por que a Justiça como mulher, a Liberdade como mulher, a Democracia como mulher?

Em geral, os estudiosos do tema respondem à questão, separando o plano simbólico do real. Como defendem a historiadora francesa Arlette Farge e a canadense Natalie Zemon Davis, “este discurso pletórico e repetido sobre a mulher e sobre a sua natureza é atravessado pela necessidade de contê-la, pelo desejo mal disfarçado de fazer da sua presença uma ausência” (FARGE; DAVIS *apud* DUBY; PERROT, 1990, p. 09).

Tal separação entre real e simbólico também é compartilhada pela célebre pesquisadora da história da mulher, Michelle Perrot, e pelo historiador francês Georges Duby. Eles sugerem que

talvez esta abundância de imagens seja proporcional ao seu efetivo recolhimento. As deusas povoam o Olimpo das cidades sem cidadãs; a Virgem reina nos altares onde ficam os padres; Marianne encarna a República francesa, assunto de homens. A mulher imaginada, imaginária, ou mero fantasma, submerge tudo (DUBY; PERROT, 1990, p. 8).

E eles lançam a questão: “E as mulheres no meio disto tudo? Um espesso manto de imagens encobre o seu território e mascara o seu rosto” (DUBY; PERROT, 1990, p. 9).

Apesar da pertinência dos argumentos dos estudiosos do gênero, persiste o paradoxo, pois, se o imaginário e os símbolos criam e sustentam o poder instituído, como bem sabem os governantes, por que a tese da separação entre o imaginário e o real vale, exclusivamente, no caso das mulheres?

Caminha-se nas ciências sociais para a crítica da distinção platônica entre realidade e aparência como sinônimo de verdadeiro e falso. Separar a esfera do poder da esfera simbólica, no caso feminino, seria o mesmo que afirmar, equivocadamente, que as imagens da mulher não teriam efeito sobre as práticas sociais. Como defende o historiador social de arte, Hans Gombrecht, “o mundo do homem não é só o mundo de coisas tangíveis, é um mundo de símbolos, no qual a distinção entre realidade e faz-de-conta é ela própria irreal” (GOMBRICH, 2007/1977, p. 85).

Parte-se, assim, do pressuposto de que a arte cria mais do que imita a natureza⁴ e de que os efeitos da criação, muitas vezes, escapam ao controle do Criador. As imagens da mulher funcionariam, nesse sentido, como Galateia de Pigmaleão.

No mito grego, Pigmaleão, rei de Chipre, uma ilha do Mediterrâneo, estava em busca de uma esposa, mas sempre encontrava defeitos nas mulheres reais. Resolveu, por fim, esculpir uma estátua de marfim da mulher ideal. Tal era sua perfeição que “acabou por se apaixonar por sua criação”, que tinha o nome de Galateia. Pigmaleão rogou, então, à Afrodite (Vênus) que transformasse sua criação em uma mulher, e a deusa converteu o marfim em um corpo vivo.

Criação, encanto, descontrole e tentativa de controle desse fascínio são Galateia e Pigmaleão. A representação do “belo sexo” desvela o fascínio e o medo dos homens⁵ com o poder e a beleza da mulher, traíndo sua intenção de dominá-la. “Poder de Pigmaleão?” Pode-se responder positivamente, “pois, se representar é criar, é preciso mesmo ter salvaguardas contra esse poder, que, de repente, pode ficar descontrolado” (GOMBRICH, 2007/1977, p. 94).

Para aprofundar o tema, será feita uma comparação entre dois importantes autores: Erving Goffman, na obra *L'arrangement des sexes* (sem tradução para o português), publicada originalmente em 1977 pelo sociólogo da escola de Chicago, e Pierre Bourdieu, com a obra *A dominação masculina*, publicada originalmente em 1998, livro que surge, em parte, como reação à leitura da obra de Goffman.

DOMINAÇÃO *VERSUS* DIFERENÇAS NEGOCIADAS

O sociólogo Pierre Bourdieu é categórico: “A dominação é masculina”. Realiza sua argumentação a partir da estrutura de dominação institucionalizada. Seu objetivo geral está em demonstrar como esse sistema de diferenças entre os sexos passa a ser institucionalizado e ativado pelo orquestramento da Igreja, do Estado e da Escola. Todo o sistema simbólico gira em torno de reforçar “os detentores dos instrumentos de produção e reprodução do capital simbólico”. Para ele, o conjunto de oposições entre homens e mulheres visa: “assegurar a conservação e o aumento do capital simbólico masculino: estratégias de fecundidade, matrimoniais, estratégias educativas, estratégias econômicas, estratégias de sucessão” (BOURDIEU, 2010, p. 62).

4 Nas palavras de Oscar Wilde (1994, p. 52): “a Vida imita a Arte, mais do que a Arte a Natureza”.

5 Em uma frase célebre, o filósofo alemão Nietzsche diz: “O verdadeiro homem quer duas coisas: perigo e jogo. Por isso quer a mulher: o jogo mais perigoso”.

Para compreender essas diferenças é preciso, segundo o autor, reconstituir a permanência da dominação masculina, recuperando a “história das mulheres”; mas uma história que dê lugar “à história dos agentes e das instituições que concorrem permanentemente para garantir essas permanências, ou seja, a Igreja, Estado, Escola e etc., cujo peso relativo e funções podem ser diferentes, nas diferentes épocas” (BOURDIEU, 2010, p. 101).

Esse seria o primeiro passo “para esboçar o programa de uma análise histórica do que permaneceu”, sem que com isso o texto se torne uma afirmação da permanência, mas, antes, um “trabalho histórico de des-historização” (BOURDIEU, 2010, p. 101).

Bourdieu toma como ponto de partida um esquema que denomina “quadro sinóptico das oposições pertinentes”. Ele é resultado de sua pesquisa etnográfica na sociedade Cabila (Argélia), com o objetivo de ordenar as evidências observadas. Organizado conceitualmente de forma vertical, Bourdieu elabora um sistema de “oposições homólogas”, ou divisões simbólicas que colocam o masculino dominante acima do feminino.

Nesse círculo superior, associam-se ao masculino: o sagrado, o direito, o quente, o fogo, o sol, o ouro, a luz, o céu, etc. O feminino, abaixo, associa-se, inversamente: ao mágico, ao ordinário, ao úmido, à terra, à lua, à obscuridade, à bruxa, à traição, à astúcia, etc.

Com o quadro, o autor ilustra que “a oposição entre os sexos se inscreve na série de oposições mítico-rituais: alto/baixo, em cima/embaixo, seco/úmido, quente/frio, ativo/passivo, móvel/imóvel” (BOURDIEU, 2010, p. 27), um sistema que só faz sentido quando essas distinções que definem as características tidas como femininas são contrapostas com as características tidas como masculinas. Trata-se de uma divisão entre os sexos que, segundo Bourdieu (2010, p. 17), parece estar “na ordem das coisas”.

De qualquer maneira, sua arbitrariedade não é questionada, “por não perceberem os mecanismos profundos” dessa suposta oposição. Para ele, a “força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão andocêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem legitimá-la” (BOURDIEU, 2010, p. 18).

Nesse ponto, Bourdieu dialoga com a noção de gênero de Johan Scott, que define como “relação fundamental entre duas proposições: gênero tanto é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos quanto uma maneira primária de significar relações de poder”

(SCOTT, 1988, p. 141). Trata-se de um poder de origens difusas, em que a “ideologia de gênero” é forjada historicamente pelas relações políticas e econômicas.

O francês, no entanto, omite, em seu sistema de oposições, um paradoxo levantado por Erving Goffman: o fato de as mulheres serem exaltadas socialmente. O sociólogo da Escola de Chicago define-as como uma “classe-desprivilegiada em alta-conta” (GOFFMAN, 2009). Observa que, entre os grupos desfavorecidos, como os velhos, os obesos, os doentes mentais, etc., as mulheres ocupam um lugar à parte na estrutura social, já que, “nas sociedades ocidentais, a mulher é idealizada como um objeto puro, frágil e precioso” (GOFFMAN, 2009, p. 104).

Preferindo a ideia de “arranjo” à de “dominação”, Goffman sugere a ideia de conciliação, combinação e acordo. E, se é preciso um arranjo, há o pressuposto de que a relação não é determinada unilateralmente por homens, mas que a mulher participa ativamente dessa “negociação”, o que ora ocorre de maneira tensa, na medida em que necessita de uma conciliação, e ora de maneira cúmplice. Assim, para ele, a relação entre os sexos não é de pura dominação de um pelo outro.

Assim, ao contrário do que ocorre em Bourdieu, ele não trabalha com a ideia de oposição, mas de “diferenças negociadas” entre os sexos, em várias situações sociais. Essa “margem de manobra” à ordem masculina em vigor é o que lhe interessa, é a tônica e a originalidade de sua obra.

Em seus exemplos, isso fica latente quando lembra ocasiões em que a mulher não age dentro das expectativas, sendo violenta, e coloca o homem em uma situação desconhecida, além do uso dos recursos simbólicos da ordem dominante. Mas não está apenas na transgressão o poder feminino, na medida em que ele reside no interior mesmo dos mecanismos de dominação, como uso da beleza, da fragilidade, da maternidade, do casamento, da pressuposição de ingenuidade e honestidade a favor dos interesses da mulher. São essas reversões, mais do que só as transgressões, os lócus de poder femininos, chegando, inclusive, a destacar as vantagens concedidas às mulheres em certos domínios, como o fato de serem poupadas de combater em guerras, de realizar trabalhos penosos e de terem a preferência em diversas situações (GOFFMAN, 2009, p. 57).

Trata-se de uma hierarquia dos sexos que é construída, segundo o sociólogo, com base em uma justificação biológica que se atualiza em cada esfera social: no trabalho, na família, na relação amorosa, etc. Mas, para ele, “não são as consequências sociais de diferenças sexuais inatas que devem ser explicadas, mas o modo pelo qual tais diferenças foram (ou são) sugeridas como uma garantia para os nossos arranjos sociais” (GOFFMAN, 2009, p. 41).

Adotando uma explicação cultural para as diferenças, Goffman destaca os achados da antropóloga americana Margaret Mead. Em suas pesquisas nas tribos da Oceania, África e Nova Guiné, durante os anos 1930 e 1940, ela demonstrou que havia comportamentos de gênero dissonantes dos modelos tradicionais ocidentais. Nas tribos Tchambuli, por exemplo, a mulher assume uma posição dominadora em sua sociedade e em sua família, enquanto os homens são “menos responsáveis socialmente e emocionalmente mais dependentes”. Tais experiências levam-na a concluir que “a natureza humana é quase incrivelmente maleável, respondendo acurada e diferentemente às condições culturais” (MEAD *apud* MENDONÇA, 2010, p. 268).

Goffman defende, assim, que cada conjunto social realiza sua própria concepção do que é “essencial” e característico das duas classes sexuais. Entendem-se essas sexualidades como “modelos de atividade implicados em uma simulação sexual, a uma incitação a estas atividades que têm a forma de uma aparência culturalmente específica, uma maneira de ser” (GOFFMAN, 2009, p. 49). Trata-se de uma performance sexual que se realiza e institucionaliza-se no arranjo social; um jogo de posições sexuais que dá margens ao apoderamento feminino.

Mas, afinal, o que impediu a mulher de usar ao seu favor esse poder? Para o autor, uma das principais razões seria a falta de cooperativismo e a segregação social entre as mulheres. Elas agiriam de acordo com os interesses masculinos, alimentando o atual arranjo social de diferenças. Ao encontrar seu parceiro, a mulher tende a isolar-se das demais (o que não acontece com os homens).

Para Goffman, “o ritual de complementaridade representa uma maneira hábil de favorecer o arranjo social” (GOFFMAN, 2009, p. 59). “As mulheres estão separadas umas das outras pelo jogo do qual elas participam na própria organização que as divide”, uma organização que “as posiciona em relação com os homens próximos e contra o resto do mundo” (GOFFMAN, 2009, p. 59).

Por outro lado, os homens são educados socialmente em outra lógica cooperativa, que se materializa, em grande medida, no esporte coletivo, o que implica ter aliados e adversários, dominar as regras, saber os limites do jogo e desenvolver estratégias para vencer. Caso seja desleal com o rival, há um juiz capaz de repreendê-lo e, no limite, expulsá-lo do jogo e impedi-lo de realizar seu maior objetivo: vencer. Assim, o homem é treinado por meio de um sistema de punição e recompensa a relacionar-se com outros homens, o que Goffman denominou “rivalidade organizada” (GOFFMAN, 2009, p. 95). Por esse motivo, homens podem ser extremamente agressivos durante o jogo e, ao fim, saírem de forma amigável, sabendo separar o espaço da competição.

O esporte é apontado como estratégia central na construção da concepção mesma do “masculino” por diversos sociólogos, como Beauvoir, Benjamin (1994) e mesmo Bourdieu e Goffman. “Na medida em que constituem um arranjo especialmente desenhado para que os homens possam manifestar as qualidades proclamadas como básicas da sua natureza: força de vários tipos, vigor e dureza” (GOFFMAN, 2009, p. 96).

Pierre Bourdieu destaca que, entre os jogos masculinos, o principal é o jogo da guerra. “Os homens (ao contrário das mulheres) são socialmente instituídos e instruídos de modo a se envolverem, enquanto crianças, em todos os jogos que lhe são socialmente destinados e cuja forma por excelência é a guerra” (BOURDIEU, 2010, p. 92). O autor compara os jogos femininos e masculinos. Os jogos considerados sérios são reservados aos homens, enquanto as mulheres são voltadas às crianças e à criancice, o que “contribui para fazer esquecer que o homem é, também, uma criança que brinca de ser homem” (BOURDIEU, 2010, p. 92), afirma Bourdieu, alertando sempre para o fato de que o “masculino” também é uma construção social.

REFLEXÃO FINAL

As diferenças de perspectiva entre os sociólogos, no debate do gênero, são evidentes. Enquanto Pierre Bourdieu observa a relação entre homens e mulheres por oposições mais rígidas, Goffman aponta para os paradoxos dessa relação, com a ideia de mulher como “classe desprivilegiada em alta conta” (GOFFMAN, 2009), uma discordância teórica que se percebe ainda nos pressupostos adotados para explicar as diferenças entre os sexos, pois, enquanto o sociólogo francês valoriza o poder das instituições como sustentáculos da estrutura de dominação masculina, Goffman aborda a biologia como base da justificativa da hierarquia de gênero, o que validaria, sem determinar completamente, os gêneros, distintos performativamente e culturalmente.

Se os autores caminham por vias distintas, concordam, no entanto, com que não se pode pensar o masculino e o feminino isoladamente, pois os gêneros só se tornam inteligíveis em relação. Separá-los seria criar uma identidade ou uma essência para cada gênero. Para os sociólogos, trata-se de um jogo social que só pode ser ativado quando os dois componentes são colocados em relação e tensão. E esse foi um dos grandes impasses dos estudos feministas. Ao tentarem compensar um silenciamento histórico do feminino por meio da produção de uma história ou sociologia feminina, omitiram propositalmente o lugar do homem para essa composição, um equívoco metodológico que estudiosas contemporâneas identificaram.

Nathalie Davis, em 1975, disse: “Deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens quanto das mulheres, e que não deveríamos trabalhar unicamente sobre o sexo oprimido, da mesma forma que um historiador das classes não pode fixar seu olhar unicamente sobre os camponeses” (DAVIS *apud* SCOTT, 1986). Ou ainda Michèle RiotSarcey (2008), em 1991, quando, em seus estudos, destacava a necessidade de ultrapassar a noção de “gênero no singular”.

Outro ponto em comum entre os autores é a projeção da mudança do papel da mulher. Eles previam que a diferença hierárquica entre os sexos tornar-se-ia insustentável nas sociedades modernas. Para Bourdieu, a maior mudança está no fato de que “a dominação masculina não se impõe mais com a evidência de algo que é indiscutível. Em razão, sobretudo, do enorme trabalho crítico do movimento feminista” (BOURDIEU, 2010), destaca o fato de que tal debate já evidencia transformações efetivas nas práticas sociais.

O aumento do acesso das mulheres ao ensino secundário e superior, ao trabalho assalariado e, com isso, à esfera pública; é também o distanciamento em relação às tarefas domésticas e às funções de reprodução (relacionado com o progresso e o uso generalizado de técnicas anticoncepcionais e a redução do tamanho das famílias) (BOURDIEU, 2010, p. 107).

Para o francês, de todos os fatores levantados, o que merece maior importância é a transformação da “função da instituição escolar na reprodução das diferenças entre os gêneros” (BOURDIEU, 2010, p. 107). Ele defendia que a instrução das mulheres é uma mudança capaz de contaminar as demais esferas: o trabalho, a remuneração e a independência feminina e, com ela, as relações de poder e autonomia da mulher, no interior da família, um modelo que passa a ser reproduzido, pois “as filhas de mães que trabalham têm aspirações de carreira mais elevadas e são menos apegadas ao modelo tradicional da condição feminina” (BOURDIEU, 2010, p. 108). E não deixa, com isso, de ponderar que as “mudanças visíveis de condições ocultam a permanência de oportunidades de acesso e índices de representação não devem mascarar as desigualdades que persistem entre as carreiras possíveis” (BOURDIEU, 2010, p. 109).

Segundo o autor, é necessário mais do que “tomar consciência” da dominação e de suas estratégias simbólicas, é preciso uma radical transformação das condições sociais de produção das tendências de dominação.

Só uma ação política que leve realmente em conta todos os efeitos da dominação que se exercem através da cumplicidade objetiva entre as estruturas incorporadas (tanto entre mulheres quanto entre homens) e as estruturas de grandes instituições em que se realizam e se produzem não só a ordem masculina, mas também toda a ordem social (BOURDIEU, 2010, p. 139).

Para Goffman, a sustentação das diferenças entre os sexos está também em jogo, o que denominou “reflexividade institucional”, ou seja, o fato de que “nós somos socializados de maneira a confirmar nossas próprias hipóteses sobre a nossa natureza” (GOFFMAN, 2009, p. 26).

Trata-se de um sistema de relações, corpos, gestualidades, vestimentas, etc. para confirmar a diferença que se supõe inata entre homens e mulheres. Ele demonstra, durante sua obra, a fragilidade dessa hipótese e a tendência de seu questionamento. “O funcionamento de órgãos sexuais diferentes está em jogo, mas não há nada em seu funcionamento que biologicamente recomende a segregação, esse arranjo é totalmente uma questão cultural” (GOFFMAN, 2009, p. 83).

É uma mudança na compreensão dos sexos que tendencialmente se consolida nas sociedades modernas e industrializadas. Nelas, as diferenças físicas se tornam dispensáveis, exigindo mais capacidade intelectual do que força física. No entanto, a mudança mais significativa, para o sociólogo, não é tanto essa equiparação, mas a capacidade da sociedade de compreender que as diferenças foram forjadas culturalmente. E a instalação de uma “reflexividade institucional” tem agora como base a desnaturalização das relações e a compreensão histórica e cultural dos sujeitos sociais.

O que torna nossa sociedade industrial especial não é que a produção econômica pouco dependa das diferenças naturais, mas que nossos cidadãos não mais acreditam que o lugar tradicional da mulher é uma expressão natural de suas capacidades naturais. E, sem esta crença, todo o arranjo entre as classes-sexuais não faria muito sentido (GOFFMAN, 2009, p. 61).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BENJAMIN, W. *Walter Benjamin: obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

- DUBY, G.; PERROT, M. *História das mulheres*. Porto: Afrontamento, 1990.
- . *Imagens da mulher*. Porto: Afrontamentos, 1992.
- FRIEDMAN, B. *Mística feminina*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- GOFFMAN, E. *L'arrangement des sexes*. Paris: La Dispute, 2009.
- GOMBRICH, E. *Arte e ilusão*. São Paulo: Martins Fontes, 2007/1977.
- MENDONÇA, J. M. *Margeret Mead, bali e o atlas do comportamento infantil*: apontamentos sobre um estudo fotográfico. São Paulo: Horizontes Antropológicos, jul./dez. 2010. p. 315-348.
- RIOTSARCEY, Michèle. In: SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 16, n. 1, jan./abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2008000100018&script=sci_arttext>. Acesso em: nov. 2011.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, 1986.
- . *Gender and the Politics of History*. Columbia: Columbia University Press, 1988.
- WILDE, O. *A decadência da mentira e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.